

Performatividade Contra a Precariedade: Modulações do sujeito político na obra de Judith Butler

Performativity Against Precariousness:
The modulations of the political subject in the work of Judith Butler

Performatividad Contra la Precariedad:
Modulaciones del sujeto político en la obra de Judith Butler

Performativité Contre la Précarité:
Les modulations du sujet politique dans l'œuvre de Judith Butler

Felipe Dutra Demetri*
fdemetri@gmail.com

Maria Juracy Filgueiras Toneli**
juracy@cfh.ufsc.br

Resumo

Objetivamos apresentar as diferentes modalidades em que o sujeito político é abordado ao longo da obra da filósofa norte-americana Judith Butler, e quais são as diferentes modalidades de resistência e subversão. Nesse sentido, dividimos o texto em duas partes: a primeira cuida das obras iniciais de Butler, período em que a autora concebe o gênero a partir da performatividade. A segunda parte trata das obras mais recentes da filósofa, em que problematizou questões como ética, reconhecimento e distribuição de precariedade. Para a autora é possível encontrar agência política mesmo nesses atores frequentemente considerados como "excluídos". Por fim, sublinhamos as recentes apostas da filósofa, que sugere uma política de coalizões.

Palavras-Chave: *Judith Butler, política, performatividade, gênero, precariedade*

Abstract

We aim to present the different modalities in which the political subject is approached throughout the work of the American philosopher Judith Butler, and what are the different modalities of resistance and subversion. In this sense, we divide the text into two parts: the first explains of the initial works of Butler, period in which the author conceives gender from the perspective of performativity. The second part deals with the most recent works of the philosopher, in which she problematized issues such as ethics, recognition and distribution of precariousness. For the author it is possible to find political agency even in those actors often considered as "excluded". Finally, we underline the recent options of the philosopher, who suggests a politics of coalitions.

*Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Como citar: Demetri, Felipe Dutra & Toneli, Maria Juracy Filgueiras (2017) Performatividade Contra a Precariedade: Modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. *Psicologia Política*, 17(39), p. 318-326.

Keywords: *Judith Butler, politics, performativity, gender, precariousness*

Resumen

Objetivamos presentar las diferentes modalidades en que el sujeto político es abordado a lo largo de la obra de la filósofa norteamericana Judith Butler, y cuáles son las diferentes modalidades de resistencia y subversión. En ese sentido, dividimos el texto en dos partes: la primera cuida de las obras iniciales de Butler, período en que la autora concibe el género a partir de la performatividad. La segunda parte trata de las obras más recientes de la filósofa, en que problematizó cuestiones como ética, reconocimiento y distribución de precariedad. Para la autora es posible encontrar agencia política incluso en esos actores frecuentemente considerados como "excluidos". Por último, subrayamos las opciones recientes de la filósofa, que sugiere una política de coaliciones.

Palabras Clave: *Judith Butler, política, performatividad, género, precariedad*

Résumé

Nous visons à présenter les différentes modalités selon lesquelles le sujet politique est abordé dans le travail de la philosophe américaine Judith Butler, et quelles sont les différentes modalités de résistance et de subversion. En ce sens, nous divisons le texte en deux parties: la première traite des travaux initiaux de Butler, au cours desquels l'auteur conçoit le genre à travers le concept de performativité. La deuxième partie traite des travaux les plus récents de la philosophe, dans lesquels il a problématisé des questions telles que l'éthique, la reconnaissance et la distribution de la précarité. Pour l'auteure, il est possible de trouver une agence politique même chez les acteurs souvent considérés comme "exclus". Enfin, nous soulignons les paris récents de la philosophe, qui suggère une politique de coalitions.

Mots clé: *Judith Butler, politique, performativité, genre, précarité*

Introdução

É conhecida a tese de Marx que os filósofos devem agir no mundo e transformá-lo (Marx, 1985). Talvez poucas contribuições recentes na área do pensamento tenham causado tanto impacto intelectual e cultural quanto a obra de Judith Butler. Seu livro *Gender Trouble* (Butler, 1990) tornou-se imediatamente referência indispensável no campo de estudos de gênero e sexualidade. Isso não é dizer que essa obra não foi polêmica: com efeito, para muitas autoras do feminismo, Butler estava desconsiderando o corpo da mulher. Renegando a clássica divisão sexo/gênero – que encontra sua formulação mais célebre em Gayle Rubin (1973) – Butler propõe uma outra forma de conceber o gênero, que passa pelo que chamou de performatividade. Essa concepção, para a autora, servia a dois propósitos: desancava uma aposta identitária na política e desestabilizava a distinção metafísica entre sexo/gênero. Contudo, com intensa atividade intelectual, Butler apostou em outras direções mais recentemente que revigoram a potência crítica da performatividade, em outros termos. Desde os anos 2000, Butler abrange seu escopo de análise para pensar a política em relação aos seus desafios globais; isto é, por um lado, a guerra ao terror e, por outro, violentas políticas neoliberalizantes. Como admitirá mais tarde na sua obra, em *Notes toward a performative theory of assembly* (Butler, 2015a), há uma preocupação constante, desde o início de suas reflexões, em fazer da elaboração teórica uma possibilidade de conceber modos de vida menos débeis, precários (Butler, 2015a).

Para lograr tal intento, Butler cuida de, na sua própria teoria, admitir a agência e a capacidade de resistência dessas populações mais precarizadas, e de insistir que é preciso achar meios de superar limites impostos na própria teoria. Em momentos decisivos de suas obras, Butler recorre ao potencial subversivo de variados sujeitos políticos diferentes: movimento *queer*, as *drag queens*, os presos de Guantánamo, os apátridas e refugiados, entre outros. Para Butler, não há sujeito sem agência e não há comando sem resistência. Contudo, admitir teoricamente a agência desses sujeitos requer um confronto por vezes direto com certas disposições teóricas. Influenciada pelo pensamento de Michel Foucault, para a filósofa a própria teoria é saturada de poder (Butler, 1997a). Diz o francês, nesse sentido:

Com Platão, se inicia um grande mito ocidental: o de que há antinomia entre saber e poder. Se há o saber, é preciso que ele renuncie ao poder. Onde se encontra saber e ciência em sua verdade pura, não pode mais haver poder político. Esse grande mito precisa ser liquidado. Foi esse mito que Nietzsche começou a demolir ao mostrar [...] que por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente dos saber, ele é tramado com o saber (Foucault, 2011, p. 51).

Explorar sucintamente as potencialidades dos diferentes sujeitos políticos na obra de Butler e as formas como a própria teoria é repensada é o objetivo das páginas seguintes.

Performatividade e gênero: corpos que resistem à norma

Para melhor compreender a obra da autora, convém entender o período político e cultural dos anos 80 nos Estados Unidos, década em que redigiu sua tese de doutorado e, posteriormente, *Gender Trouble* (Butler, 1990). Com efeito, o primeiro ponto relevante é que a década de 1980 viu surgir a epidemia de AIDS globalmente. No contexto norte-americano, o rápido avanço da doença – e a inação do governo de Ronald Reagan – disparou uma série de movimentos sociais engajados e preocupados com aqueles afetados pela epidemia. Isso, em certo sentido, ia de encontro aos propósitos de certos estratos do movimento homossexual nos Estados Unidos, preocupados em projetar uma imagem aceitável nos termos da inteligibilidade da época (Miskolci 2012). A epidemia fez surgir essa

figura, a do aidético, que sintetizava no seu corpo diversos estigmas negativos. Aqueles movimentos sociais – ACT UP, Queer nation – organizaram vigílias públicas, manifestações, e produziram material de informação e divulgação, não fazendo cair a figura do aidético na penumbra da morte e da desinformação: aquelas vidas importavam e mereciam cuidado e apoio. Esse tipo de gesto exerceu profundo impacto no pensamento político de Butler: essa preocupação com o que fica de fora dos termos do reconhecimento e da inteligibilidade, o abjeto.

Gender Trouble é publicado em 1990, ainda no período de maior pico da epidemia. Mas outro movimento cultural teve também impacto significativo: o mundo performático das drag queens e o ball culture¹. Além disso, era época de intensos debates dentro do movimento feminista que questionavam o estatuto da mulher branca como agente privilegiada do movimento. O feminismo mainstream viu-se criticado por relegar ao segundo plano outras modalidades de ser mulher, sendo talvez um dos maiores exemplos desse ímpeto crítico o do feminismo negro. Com efeito, o primeiro capítulo de Gender Trouble é dedicado a entrar nesse debate, criticando a operação de exclusões constitutivas que caracterizam certos grupos políticos (Butler, 1990). Isso é: o ato de negar a participação àqueles que não são parte da categoria escolhida. Dizer quem é e quem não é mulher não é nem de longe estável; há segmentos do movimento feminista, por exemplo, que rejeitam a participação de mulheres trans; também as mulheres negras, durante anos, ficaram de fora das deliberações de um feminismo elitizado e branco.

Em Gender Trouble, Butler enfatiza o potencial crítico da política da paródia (Butler, 1990). Para a autora, a divisão sexo/gênero meramente replica o dualismo estruturalista natureza/cultura, e incorporar tal noção no pensamento feminista traz a reboque uma série de pressupostos problemáticos que permanecem, nesse contexto, não questionados e aceitos implicitamente, que em geral convergem na pressuposição de uma matéria corpórea “pré-cultural” e de uma heterossexualidade implícita e compulsória. Além disso, tais pressupostos estruturalistas orientam a psicanálise lacaniana que, mesmo com ímpeto crítico, é limitada por conceber uma posicionalidade simbólica que efetivamente restringe a posição da mulher. Para Butler, pensar o gênero como performatividade é levar a sério o esforço de erradicar a substância e a essência do léxico político e teórico. Os atos corpóreos de uma pessoa reproduzem normas sociais instituídas que, em ato contínuo, produzem o efeito dissimulado de uma “essência interior”. Nesse jogo, o apelo ao sexo natural é apenas mais uma das estratégias discursivas de fixar o gênero de alguém. A performatividade descreve que o gênero não se encontra na interioridade, mas que, ao contrário, ele é realizado nos próprios atos corpóreos do sujeito. O que Butler enxerga na hipérbole feminina da drag queen é, na verdade, uma errância geral, um problema inerente à produção da vida generificada: mesmo uma posição conforme às normas nem assim consegue reproduzi-las por completo, pois há sempre um mínimo espaço de errância e renegociação que, no caso das drag queens, é muito mais extremo. Nesse sentido, Butler enxerga uma potencialidade subversiva na citação, na política da paródia: ela pode acabar sendo um mecanismo para alargar o escopo do normativo, permitindo que expressões outrora desviantes sejam percebidas como vidas possíveis. Em Bodies that matter (Butler, 1993), percorrendo um sentido semelhante, a autora argumenta que pensar nos termos de uma materialidade essencial feminina pode ser uma saída tentadora, mas que, em última análise, reproduz o gesto de excluir outras possibilidades. Caberia conceber uma forma de se responsabilizar por essas modalidades de expressão que constantemente ficam rejeitadas.

No livro Psychic life of power (Butler, 1997b) Butler consolida um projeto de repensar a categoria do sujeito em termos que coloquem em relevância sua agência. A autora converge duas teorias que raramente se dialogam: a psicanálise e a teoria normativa do sujeito em Michel Foucault. Com efeito, para o francês, o sujeito é entendido como o produto de relações estratégicas de poder que se organizam a partir do dispositivo, um conjunto heteróclito mecanismos, dos arquitetônicos até os discursivos, que cuidam de conformar essa dobra que é o sujeito. Nesse sentido, o regramento rígido de

¹ Subcultura LGBT dos Estados Unidos em que os participantes competem em variadas categorias, como dança, desfile, vestuário etc

uma prisão é, para Foucault, a forma objetiva de uma subjetivação, encarregados de conformar o corpo desse prisioneiro aos seus comandos; não mais, então o corpo como prisão da alma, mas a alma como prisão do corpo. Essa descrição, porém, não entra no mérito do estatuto da internalização que o poder assume no sujeito. Uma reconsideração crítica da psicanálise pode auxiliar a compreender esse ponto deixado em aberto. Primeiro, a psicanálise tem o mérito de trabalhar a subjetivação dentro de um esquema que, para Butler, não está muito distante: ressurgem a figura de uma dobra, mas agora na forma dessa consciência reflexiva que são as funções psíquicas do indivíduo. O sujeito dependerá, nesse sentido, sempre dos cuidados de um Outro para poder ingressar na comunidade dos seres falantes; há sempre essa dependência fundamental aos outros. Isso revela uma pedra de toque entre as duas teorias: efetivamente, a cena foucaultiana de Vigiar e punir (Foucault, 1987) não exclui considerar a vida psíquica que o poder assume. Renegando uma abordagem que passe exclusivamente pela repressão – em sintonia com a preferência de Foucault em pensar o poder na sua forma produtiva (Foucault, 1984) –, para Butler há uma vulnerabilidade do sujeito que é requerida e criada por esses investimentos do poder; essa vulnerabilidade ao discurso de um Outro, portanto, faz que o sujeito seja um tipo de ser explorável. Mas isso não significa dizer que esse sujeito não tem agência. Na verdade, argumenta Butler, o poder que participa da formação subjetiva do sujeito nunca passa intacto; sempre alguns dos seus termos são renegociados, transformados (Butler, 1997b).

Em *Excitable speech: a politics of the performative* (Butler, 1997c), Butler está explicitamente trabalhando a questão da íntima relação da performatividade e da política. Butler parte de algumas das considerações de *Psychic life of power*: há uma vulnerabilidade linguística fundamental no sujeito, que faz que ele seja susceptível, por exemplo, ao discurso de ódio. Há modalidades de machucar alguém que efetivamente passam pelo discurso. Mas essa modalidade só faz sentido de ser pensada porque ela reproduz uma cena “primeira” em que recebemos nosso “primeiro insulto”, isto é, um nome que não requisitamos, mas que mesmo assim nos foi dado. Isso demonstra que renegociar os termos de um nome é uma tarefa que desde cedo devemos exercitar. Nesse sentido, Butler rejeita propostas de ações políticas feministas que visam enrijecer o debate sobre liberdade de expressão, identificando, por exemplo, filmes pornôs como discursos de ódio. Para certos setores de um pensamento feminista, há ali encenado, de forma automática, um discurso violento. Butler argumenta que pensar em tais termos pressupõe apostar em um contexto total tal qual J. L. Austin teria proposto, em que os significados, para serem adquiridos, dependem de determinados requisitos para que possam circular. Estaria excluído desse contexto, portanto, a falha, sendo ela apenas um caso de exceção. Para Butler, é preciso conceber uma ação política que rejeite esse contexto total: o termo queer, por exemplo, por anos identificado como epíteto ofensivo aos homossexuais, foi reaproveitado, com novos usos e novos significados. A agência política, para Butler, precisa levar em conta tal possibilidade de subversão (Butler, 1997c).

Em *Antigone's Claim* (Butler, 2000) Butler identifica o exemplo de uma personagem que efetivamente questiona normas e injunções morais tidas como inquestionáveis: Antígona, filha de Édipo. Para autores como Hegel e Lacan, Antígona representa uma aberrância total, fora dos termos da polis ou da economia do simbólico. Antígona seria o “exterior radical” que ameaça a unidade das categorias de sociabilidade corrente. Para Butler, porém, a posição desses autores nada mais é do que uma reiteração da exclusão de Antígona, operada pelo edito de Creonte que impediu a cerimônia fúnebre do irmão. Antígona não está “fora”: ela ainda se vale dos discursos jurídicos da polis, e mesmo sendo de uma família oriunda de um incesto, ainda assim ela exercita laços e se relaciona. Antígona representa mais o que se deseja excluir do que aquilo que questiona uma ordem instituída. Para autora, a preocupação com qual família conta como uma família possível e qual afeto está admitido na nossa inteligibilidade é uma questão política fundamental. Nesse sentido, portanto, insistir em um modelo clássico de família rejeita e joga na penumbra outras expressões possíveis como, por exemplo, famílias homossexuais, especialmente aqueles casais que desejam adotar filhas e filhos.

Performatividade para além da vida nua

Os atentados de 11 de setembro afetaram o pensamento de Judith Butler, conduzindo a autora para outros territórios e novos conceitos. Com efeito, a preocupação com essas vidas fora dos esquemas normativos continua, mas agora sob uma nova alcunha: as vidas precárias (Butler, 2004). Butler está se referindo às vidas cujas mortes não são choradas, que estão fora do esquema de reconhecimento social. Suas mortes não são concebidas como tal: epistemologicamente, essas vidas não são registradas como vividas. A resposta bélica e violenta dos Estados Unidos, para a autora, é sintomática de um gesto que visa renegar a própria vulnerabilidade e precariedade constitutivas da condição humana, sempre apontando (e produzindo) essas características no outro. É no prefácio de Precarious Life que Butler sugere que existem “maneiras de distribuir vulnerabilidade, formas diferenciadas de alocação que tornam algumas populações mais sujeitas à violência arbitrária que outras” (Butler, 2004: XII. Tradução nossa). Para a filósofa esse passa a ser o gesto par excellence dos Estados Unidos pós 11 de setembro. E, nesse sentido, leva a autora a considerar uma ética que conceba como elemento decisivo a extrema precariedade do Outro. É nesse ponto que Butler encontra o pensamento do filósofo Emmanuel Levinas, autor que teorizou sobre as reivindicações que o outro impõem para mim: vocalizações débeis e vacilantes que, na realidade, requisitam apenas uma coisa – não me mate! (Butler, 2004)

Sua teorização continua pelo terreno da ética em Relatar a si mesmo (Butler, 2015a), em que Butler discute as possibilidades e os limites do relato. Para a autora, a comunicabilidade é sempre atravessada por uma despossessão da linguagem que solapa a estabilidade da narrativa. Pela via da performatividade, Butler enfatiza que somos confrontados com normas e ditos anteriores que conformam minha vida psíquica; há uma despossessão que caracteriza a linguagem. Em outras palavras, a condição da possibilidade de falar é assumir um discurso que é de Outro e, nesse sentido, “nossa” língua nunca é completamente nossa. Além disso, recuperando o pensamento psicanalítico, proferir um relato é sempre um exercício parcial: sempre haverá pontos ocultos, esquecidos e elididos no meu relato. Para Butler, isso deriva da opacidade do sujeito sobre si; sendo incapaz de contar sua história desde sua origem, algo sempre faltará. É a partir desse diagnóstico que Butler quer deslocar os sentidos da pergunta ética “quem sou eu?” para “quem és tu?”, enfatizando que nossas preocupações com as obrigações éticas devem levar em conta esse aspecto de relacionalidade fundamental em relação ao Outro que Butler nomeia de vulnerabilidade. Essa característica parcial do relato não significa, contudo, que ele não seja importante ou necessário politicamente: para Butler, sua potência reside em questionar os regimes de verdade:

Afinal, quando relatamos a nós mesmos não estamos apenas transmitindo informações por um meio indiferente. O relato que fazemos é um ato – situado numa prática mais ampla de atos – que executamos por, para e até mesmo *sobre* um outro, um efeito alocutário, uma atuação pelo outro, e diante do outro, muitas vezes em virtude da linguagem fornecida pelo outro. Tal relato não tem como objetivo o estabelecimento de uma narrativa definida, mas constitui uma ocasião linguística e social para a autotransformação. Em termos pedagógicos, constitui parte do que Sócrates exemplificou sobre a *parresia* como uma fala corajosa no espírito crítico da “Apologia” (Butler, 2015a, p. 165).

Pensar modalidades de questionar os poderes instituídos, contudo, pode ser um desafio quando se considera um Estado quase inquestionável e impenetrável como os Estados Unidos. Butler se interessa por uma figura específica: o detido em Guantánamo. Esse preso não dispõe de garantias legais e está à mercê dos mandos e desmandos dos administradores da prisão – não havendo, portanto, uma infraestrutura jurídica mínima que se tornou a insígnia dos Estados democráticos-liberais: separação dos poderes. Além disso, sua pena pode ser potencialmente perpétua, mesmo sem processo legal: ele

está em detenção indefinida (Butler, 2004). Qual a agência política desse preso, suas capacidades de resistência? Em Frames of War (Butler, 2009), Butler relata o caso de um livro de poesias que foi organizado pelos advogados de alguns dos detentos, e que reunia diversos trabalhos desses presos. Os materiais utilizados para a escrita, muitas vezes, eram tão precários quanto copos de plástico. Os Estados Unidos tentaram dificultar a publicação e a circulação de tal obra; em sentido análogo, reproduzir em fotos as condições daqueles presos também poderia ser considerado um ato antiamericano. Contudo, esses poemas – e essas fotos – conseguiram circular, reconfigurando os termos do debate, tensionando o espaço de aparência e os mecanismos normativos encarregados de, a todo momento, desumanizar aqueles detentos. Mesmo nas condições mais adversas é possível achar meios de reconhecer que há sempre uma resistência em cena, especialmente quando os poderes instituídos tentam controlar os termos nos quais essas resistências podem ser percebidas. Os relatos desses presos, mesmos parciais, foram fatores decisivos em questionar a arbitrariedade norte-americana.

Em Who sings the nation-state? (Butler; Spivak, 2007), Butler se interessa por outras figuras rejeitadas, fora da *polis*: o apátrida e o imigrante. Com efeito, são pessoas cujo único crime é efetivamente desejar se deslocar de um Estado para outro; como Butler observa, esses sujeitos são conduzidos a um outro “estado”, que é a própria subsunção forçada do sujeito a essa categoria jurídica de excluído. Essa linha argumentativa de Butler é influenciada por Giorgio Agamben (2002; 2008a), que teorizou sobre as atuais técnicas modernas de implementação de estados de exceção e a consequente produção de vidas nuas, isto é, vidas que, totalmente expostas ao poder soberano, são matáveis sem que isso seja considerado homicídio. Mas, para Butler, há um problema decisivo nessa formulação: o fato que em nenhum lugar está teorizada ou admitida a agência política desses sujeitos excluídos. Agamben trabalha a partir de uma concepção que naturaliza a condição rejeitado da *polis*; para Butler, esse lugar, longe de ser um “fora”, pode ser melhor descrito como um “dentro”: dentro do poder e dos seus termos. Nesse sentido, reflete a autora:

Precisamos de modos mais complexos de entender a multivalência das táticas do poder para compreender formas de resistência, agência e contra-mobilização que fogem de e interrompem o poder estatal. Devemos descrever a destituição e, de fato, isso se impõe, mas se a linguagem pela qual nós descrevemos essa destituição presume, sempre, que os termos chave são poder soberano [sovereignty] e vida nua, nós nos privamos do léxico necessário para compreender as outras redes aos quais ela [a destituição] pertence, ou como o poder é conjurado naquele espaço ou até saturado nele. Parece-me que nós subscrevemos uma heurística que somente nos permite fazer a mesma descrição repetidamente, que acaba tomando a perspectiva do poder soberano e reiterando seus termos e, francamente, creio nada poderia ser pior (Butler; Spivak, 2007, p. 42-43. Tradução nossa).

Para Butler, um modo de admitir a agência política desses sujeitos é conceber que, mesmo na sua expressão corpórea mais básica, eles ainda encenam e são capazes de resistência. Butler se inspira, nesse sentido, no “direito a ter direitos” que Hannah Arendt sugeriu em Origens do Totalitarismo (Arendt, 1984). Para Butler, esse direito a ter direitos não está positivado, escrito em lugar nenhum; a própria enunciação de Arendt é, em alguma medida, performativa. Para exemplificar, Butler relembra um caso ocorrido nos Estados Unidos em que imigrantes ilegais protestaram por mais direitos, ocupando as ruas e cantando o hino nacional americano Star Spangled Banner em espanhol. O ato gerou respostas defensivas por parte do governo Bush, que vaticinou que o hino somente poderia ser cantado, oficialmente, em inglês. Se havia uma proibição, havia igualmente um ato performativo que contestava a proibição e disputava, no espaço público – literalmente, na rua – os sentidos e significados de pertença a uma nação que constantemente os rejeitava (Butler; Spivak, 2007).

Butler leva esse raciocínio adiante em Notes toward a performative theory of assembly (Butler, 2015b). Nesse livro, Butler considera a agência política de grupos organizados de caráter assembleis-

ta, como Occupy Wall Street, 15M de Madrid, Nuit Debout, entre outros. Para Butler, o que caracteriza esses movimentos é que eles encenam uma resistência à precarização e à precariedade de forma performativa. O atual contexto de políticas neoliberais leva, no aspecto administrativo do Estado, ao desinvestimento em serviços públicos de saúde e seguridade, isto é, as infraestruturas básicas para muitos cidadãos; além disso, no aspecto de racionalidade, leva também a uma exigência de responsabilização pelos próprios erros – tal é o caso, por exemplo, com o discurso do empreendedorismo. Por um lado, retira-se os meios de apoio e subsistência, por outro, exige-se que sejam responsáveis. O tensionamento da esfera pública de aparência é um dispositivo que pode auxiliar em alargar o escopo de reconhecimento dessa massa de precários, imigrantes, refugiados, pobres, sem-emprego, LGBTs etc. Colocar-se nas ruas contra a precariedade já é questionar a própria precarização e os agenciamentos políticos encarregados de retirar essas pessoas da esfera pública. É como se dissessem: “nós estamos aqui, nós existimos, e nós demandamos”. Se a vida nua de Agamben limita-se a descrever essa situação de exclusão, para Butler isso não deve corresponder uma ausência de agência política, de possibilidades concretas de resistência. Para a autora, mesmo que o espaço público não esteja dado – como se opera, por exemplo, na proibição de manifestações –, ainda assim há possibilidades de questionar essas situações. Muitas vezes um ato político radical, nesse caso, é insistir que as infraestruturas mínimas que possibilitam essa reunião pública sejam asseguradas. Esses atos, Butler argumenta, geralmente se dão em concerto, na concorrência com outros atores políticos. É nesse sentido que Butler insistirá numa política que passe por coalizões; isto é, uma política que não esteja tão preocupada em conferir quem é ou não do movimento, mas que, mesmo trabalhando na diferença, saiba recuperar e erguer pontes entre os diferentes movimentos.

Conclusão

Butler faz da própria teoria um ato de resistência reflexiva. A investigação teórica deve apontar quando o próprio pensamento está enredado em compromissos inconfessáveis com o poder. Nesse sentido, questionou o estruturalismo e a psicanálise, muitas vezes comprometidos em dar legitimidade aos regimes normativos que naturalizavam a heterossexualidade compulsória e a abjeção de outras identidades de gênero. Ainda, seu debate com Agamben leva a filósofa a rejeitar a noção de vida nua, saindo da tautologia da vida entregue ao poder e, por isso, sem poder nenhum. Sob aspectos políticos, Butler tentou encontrar formas de resistência aos poderes instituídos em modalidades micropolíticas, da drag queen aos migrantes e refugiados.

As formas de resistência que Butler tematizou passam por uma subversão do poder: por um lado, a subversão da identidade, salvaguarda de certos movimentos políticos, mas que precisa ser colocada em suspeição para atingir fins democráticos que excedem a lógica identitária; por outro, uma subversão da esfera pública, em que atores políticos normalmente rejeitados pelos poderes instituídos (incluídas aí considerações teóricas que ignoram esses atores) desestabilizam os termos do reconhecimento social. Uma coalizão possível desses normalmente tidos como precários. Seu esforço teórico é de admitir as situações na qual o poder é posto em questão e, nesse sentido, se não há vidas invulneráveis ao poder, também não há poder que seja invulnerável à vida.

Referências

- Agamben, Giorgio. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Agamben, Giorgio. (2008). *Estado de exceção (Homo Sacer II, 1)*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Arendt, Hannah. (1989). *Origens do totalitarismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

- Butler, Judith. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge
- Butler, Judith. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. (1997a). *Merely Cultural*. *Social Text* n. 52/53. Durham: Duke University Press. p. 265-277.
- Butler, Judith. (1997b). *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford: Stanford University Press.
- Butler, Judith. (1997c). *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. (2000). *Antigone's Claim: kinship between life & death*. New York: Columbia University Press.
- Butler, Judith. (2004). *Precarious life*. London: Verso.
- Butler, Judith. (2009). *Frames of war: when is life givable?* London: Verso.
- Butler, Judith. (2015a). *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, Judith. (2015b). *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge: Harvard University Press.
- Butler, Judith; Spivak, Gayatri (2007). *Who sings the nation-state? Language, politics, belonging*. New York: Seagull Books.
- Foucault, Michel. (1984). *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, Michel. (2011). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU.
- Marx, Karl. (1985). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural.
- Miskolci, Richard. (2012). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rubin, Gayle. (1973). The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex. In: Reiter, R. (Org.) *Toward Anthropology of Women* (p. 157-210). New York, Monthly Review.

•Submetido em: 28/02/2018
•Aprovado em: 11/08/2018